



## **Seminário - “Operar nos Mercados Únicos da UE – Novas potencialidades para as empresas”**

### **INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CIP, ANTÓNIO SARAIVA**

**Centro de Congressos de Lisboa, 27 de junho de 2017**

Informar, debater e envolver as empresas, as oportunidades e os desafios do Mercado Único Europeu constitui para a CIP uma tarefa crucial, para a qual contamos com mais esta iniciativa de cooperação, sempre profícua, com a Direção Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia.

Fazê-lo em conjunto com a Comissão Europeia reforça a nossa expectativa de que este exercício contribuirá para se encontrarem soluções para as dificuldades das empresas e caminhos para melhor aproveitar as potencialidades deste grande mercado.

Hoje e aqui, a Comissão Europeia está representada pelo Dr. Joaquim Nunes de Almeida, Diretor da Política do Mercado Único, Implementação e Regulamentação da DG GROW, que muito nos honrou ao aceitar o convite da CIP e da DGAE para ser *keynote speaker* deste seminário.

Patenteando o empenho permanente da CIP nesta temática, há cerca de uma semana a CIP co-organizou o workshop – “O Mercado Único para as PME” – integrado na Conferência de Encerramento do “*Single Market Forum*” em Malta, uma iniciativa da Comissão Europeia que pretende, precisamente,



promover o debate sobre o Mercado Único nos Estados Membros, reunindo os vários *stakeholders* relevantes.

Esta participação decorreu na sequência da organização por parte da CIP de dois workshops no âmbito desta iniciativa da Comissão Europeia, em cooperação com nossas associadas.

O primeiro em Aveiro, organizado em cooperação com a Associação Industrial do Distrito de Aveiro, em janeiro deste ano, sobre “As PME europeias nas Cadeias de Valor Globais” e o segundo em Oeiras “O Mercado Único dos Bens – Aplicar, Cumprir, Fiscalizar”, passados dois meses, em cooperação com a AERLIS – Associação Empresarial da Região de Lisboa.

Na CIP não poupamos esforços para envolver as empresas portuguesas nos desafios e oportunidades que o Mercado Único encerra.

Para as empresas portuguesas, o Mercado Único Europeu, designadamente nas diferentes vertentes que vamos hoje abordar – Bens, Serviços e Digital – é uma referência incontornável.

Com efeito, apesar da política de internacionalização incluir, e bem, uma importante componente de diversificação geográfica, este mercado é o mais importante para as empresas portuguesas em termos de fluxos de comércio e de investimento, e também em termos de centros de decisão de importantes cadeias de valor globais.



Com o grau de integração económica já atingido neste mercado em termos de regulamentação europeia, é imperioso que esse enquadramento legislativo seja transposto para a economia real das empresas, o que corresponde a um exercício dinâmico e sistemático de aperfeiçoamento do funcionamento do Mercado Único. Esta necessidade torna-se especialmente acutilante para as PME que operam neste mercado, na medida em que estas dispõem de menos recursos que possam afetar aos procedimentos e processos administrativos e regulatórios, muitas vezes desproporcionais à sua dimensão e às externalidades da sua atividade.

Permitam-me transmitir algumas das conclusões dos recentes eventos que referi, como pistas de reflexão para os debates que se seguem neste Seminário.

No primeiro workshop, comprovou-se que a integração das PME portuguesas nas Cadeias de Valor Globais constitui uma importante via para um crescimento e uma internacionalização sustentada, sobretudo se posicionada nas fases de maior geração de valor acrescentado – na fase inicial da Investigação, Desenvolvimento, Design e conceção de produtos e, depois, na fase final do marketing, comercialização e serviços pós-venda.

Foram identificadas integrações nestas cadeias decorrentes de uma combinação eficiente entre inovação e internacionalização, nomeadamente através de uma ligação planeada nesse sentido entre empresas e Universidades.



Outra via constatada foi a da especialização de produções industriais em nichos de mercado, de acordo com a evolução da procura por parte das Cadeias de Valor, proporcionando uma integração cada vez mais intensa.

No segundo workshop sobre o Mercado Único dos Bens, conseguimos reunir as empresas com as principais instituições nacionais que se ocupam da aplicação, do cumprimento e da fiscalização em Portugal das regras do Mercado Único – a ASAE, a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, a Direção Geral do Consumidor e a Autoridade Tributária e Aduaneira.

Assegurar uma concorrência leal no mercado europeu constituiu uma das principais preocupações veiculadas pelas empresas. Com efeito, a deficiente e irregular fiscalização realizada nas fronteiras externas da União Europeia permite a entrada de produtos não conformes com as regulamentações internas, cujo cumprimento por parte das empresas europeias implica custos significativos, colocando, assim, em desvantagem concorrencial os produtos da UE.

Outras evidências foram identificadas, designadamente a necessidade de adotar uma abordagem integrada entre a regulamentação europeia e a nacional e, por outro lado, garantir uma coordenação entre as entidades nacionais que legislam, implementam, fazem cumprir e fiscalizam as regras a



que as empresas estão sujeitas. Só uma maior coordenação nestas áreas melhoraria significativamente o funcionamento do Mercado Único Europeu.

Foi também realçada a necessidade de reforçar o reconhecimento mútuo entre legislações nacionais e o estabelecer de mecanismos rápidos e eficientes de apresentação de queixas por parte das empresas que encontram obstáculos à comercialização dos seus produtos em alguns Estados Membros.

Quais os instrumentos nacionais e europeus que concorrem mais eficientemente para uma maior integração do Mercado Único Europeu? Como se podem melhorar? Constituem os grandes desafios de uma reflexão que se quer profunda e envolvente.

Importa agilizar e orientar esta rede *Enterprise Europe Network* para as novas necessidades das empresas, sobretudo em termos de informação sobre o Mercado Único, nas suas diversas vertentes, e de cooperação empresarial, visando, designadamente, a integração em Cadeias de Valor Globais.

Termino com uma provocação aos oradores, recordando o título de uma interessante Conferência recentemente organizada pela BusinessEurope, em Bruxelas: “Será que o Mercado Único é amigo das PME?”

Muito obrigado.